



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Ata 33ª Reunião Extraordinária

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

33ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais

Súmula – Síntese dos encaminhamentos

Aos 20 de novembro de dois mil e vinte três, após verificação de quórum em primeira chamada, às 09 H40 e segunda chamada as iniciou-se a 33ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma híbrida, presencial no BDMG, e virtual pela plataforma teams, com a presença verificada de 17 membros titulares e suplentes no exercício da titularidade:

André Luiz Veloso Ferreira – titular
Andressa Iza Gonçalves – titular
Antônio Diniz - Titular
Aryanne Ribeiro – titular
Carola Maria Marques de Castro – titular
Charles Lima - Titular
Daiany Durães - titular
Danilo Silva Batista – titular
Darupü'üna tikuna - Roseane Tomaz do Carmo – titular
Eduardo Silva da Silveira - titular
Elzelina Dóris Santos
Giovanna Penido Pinto Marques Paiva – titular
José Ricardo Simões Silva – titular
Marcela de Queiroz Bertelli – titular
Sergio Rodrigo Reis
Thaynã Fernandes Araújo Paes – titular
Wenderson Godoi dos Santos – titular
José Junior – suplente no exercício da titularidade
Morrison de Oliveira – suplente no exercício da titularidade
Morrison Oliveira - suplente no exercício da titularidade
Sula Kyriacos Mavrudis – suplente no exercício da titularidade
Werlen Fonseca – suplente no exercício da titularidade
Jeferson Rios Domingues – Suplente
Lais Terçariol Vitral – Suplente
Lucas Mortimer – Suplente

Estavam também presentes técnicos da Secult e convidados, sendo eles: Igor Arci (SECULT); Ilton Dias (SECULT), Jean Sérgio (SECULT), Jade Alvim (SECULT), Janaína Amaral (SECULT), Lara Tanaka (FCS), Bruno Hilário (FCS).

No início da reunião a conselheira Aryanne Ribeiro solicitou inserção de pauta em caráter de urgência da carta da subcomissão do audiovisual ao Consec. O conselheiro José Junior colocou em votação e se absteve, juntamente a conselheira Giovanna Penido e Wenderson Godoi, não houve voto contrário.

A superintendente Janaina Amaral iniciou falando do resultado do edital do Afromineiridades e informou dos andamentos do processo de habilitação e chamada dos suplentes, e que o edital recebeu mais de 80% de inscrições do interior. Informou também os números dos aprovados no edital dos pareceristas e o aumento do número de aprovados em virtude dos recursos. Ela falou das providências de tirar a tramitação do Sigcon e das duas frentes revisão do decreto e a revisão do decreto do Sigcon. (TP) falou da dificuldade de lidar com o sistema e perguntou a respeito de prazos tendo em vista os editais que já estavam por vir. Ela informou que não havia previsão para solução do Sigcon, falou dos aprovados interior x capital e falou que os prêmios eram mais baixos para contemplar mais projetos, mas que foi um exercício e experimentação por ter sido o primeiro edital, mas que os critérios seriam novamente conversados para os próximos editais. TP perguntou se a instrução normativa seria para o FEC e LEIC juntos, pois acha que seria problemática as duas estarem na mesma IN. Informou que a Secult está trabalhando no decreto e depois os outros documentos seriam feitos e publicados na ordem. (JJ) fala da dificuldade de alcançar determinadas regiões do estado.

(JJ) fala a respeito da inserção do plano de ação da PNAB. (JÁ) informou que o prazo para inserção será em 11/12 mas que antes precisa passar pela SEPLAG. (TP) pergunta que se o conselho será que acompanhará a PNAB e JJ informou que de acordo com o decreto sim e que em Minas havia poucos conselhos no estado. Al dá a sugestão de cartilha para a formação de conselho.

JJ fala das atas que estão em atraso e que serão liberadas o quanto antes. TP levanta a questão a respeito do fortalecimento de adesão dos municípios. JJ fala da central de apoio às câmaras que é importante para o esclarecimento e adesão dos municípios.

Passou-se a pauta da LPG com explanação dos editais e os dados fornecidos pela plataforma Prosas. JJ explicou a respeito da legislação que define artistas e técnicos e como foi aplicada aos editais da LPG. JJ se comprometeu a enviar a planilha com os dados completos retirados da plataforma Prosas para os conselheiros, Já explicou os dados da planilha e quais informações teriam e com quais dados foi solicitado ao prestador de serviço. TP trouxe uma pauta da comissão da LPG que seria finalizar as inscrições que estavam no rascunho do Prosas e falou de novos editais em março com o dinheiro que sobrou e a reversão do dinheiro dos municípios.

TP pergunta a respeito da decisão da reabertura dos editais mesmo antes de ser aprovada a lei nas casas do legislativo federal. O subsecretário Igor Arci respondeu que foi uma decisão do secretário e que seriam cumpridas as determinações dele. AR solicitou a entrega de uma carta da subcomissão do audiovisual que trazia a manifestação contra a reabertura dos editais da LPG, a divulgação de um novo cronograma e o receio da reabertura dos editais e a insegurança jurídica que pode gerar. Giovanna Penido trouxe a questão da angústia dos fazedores de cultura que se inscreveram nos editais e tem pressa de receber o recurso. Wenderson Godoi fala dos problemas que aconteceram durante a o processo de execução da LPG e fala das dificuldades encontradas

pelas pessoas do interior e da importância que seria a prorrogação das inscrições nos editais. Fala das discrepâncias entre as pessoas que têm e que não têm condições de pagar para inscrever projetos e as diferenças que isso gera. Ele fala do setor do audiovisual e sua representação na comissão que trabalhou com sua própria perspectiva de fomentar o setor sem grandes preocupações com os demais. JJ fala das discussões e falta de consenso entre as pessoas e que isso é importante para a discussão e construção da política. AR fala de onde veio o valor para a construção da LPG e fala da sua representação de outros setores além do audiovisual e que os editais foram de acordo com a instrução normativa. Fala a respeito da prorrogação que ainda não passou no Cenado e que mesmo assim há insegurança da não prorrogação e quais seriam as consequências. TP fala da força do setor audiovisual que teve a área profissional com recursos altíssimos em discrepância com outras áreas, pontuou a concordância em não reabrir os editais de acordo com a escuta da subcomissão e da insegurança que geraria, falou que era a favor da prorrogação e não da reabertura. Carola Castro solicitou qual a resposta oficial da Secult a respeito do que será feito em relação à reabertura dos editais. JJ fala da reunião marcada com a comissão para discutir o assunto e CC pontua que a demora nas respostas é a parte mais desrespeitosa do processo. Sula Mavrudis pede registro em ata da transcrição da sua fala: “O que eu endosso as falas dos colegas do WG, do TP e de todos que também destacando a questão das culturas populares, destacando a arte e o circo, os povos tradicionais em geral. Mas queria dizer também que a decepção do circo com a Secretaria do estado de cultura, eu tenho que deixar nessa ata, porque meu papel dentro dessa comissão, porque além das dificuldades criadas, e nunca nessa Secretaria foi criada um edital acessível para o circo e até agora também claro, para todos os povos tradicionais. Também as ações que não dependem de editais, mas que garantem direito ao trabalho dos povos itinerantes, das famílias circenses, elas não são feitas. Tem tanto tempo que a gente está esperando uma simples reunião com a Cemig e Copasa e a Secretaria não dá conta de marcar todas as coisas, todas são prioridades porque os editais tratam de todos os segmentos ao mesmo tempo, mas se uma Secretaria do estado de cultura e turismo não consegue fazer uma reunião com uma Cemig e com uma Copasa para garantir que as famílias circenses montem os circos, pelo menos para conseguir viver do pão de cada dia, isso é muito grave. Por favor, escreva isso na ata do jeito que eu estou falando aqui. E essa ata vai para todas as famílias circenses para comprovar que eu estou fazendo o que eu estou, que eles estão me pedindo. Passou a pandemia, tanto tempo famílias estão separadas não estão debaixo das suas lonas, não tem estrutura para viver como trupe, porque eles fazem números circenses que exigem aparelhos e outras coisas, e também não conseguem recurso suficiente para voltar com as suas lonas. Pise, que a Secretaria do estado volte os olhos para o circo e se vocês pegarem todas as artes do conceito desde que ele existe, o circo está pedindo a mesma coisa, só que agora está pedindo depois de uma pandemia, né? E tem sempre os editais são inacessíveis para as pessoas que não têm uma educação formal como outras. Por favor, registrem isso em ata.

IG pede que seja registrado que houve retorno à conselheira que a CEMIG propôs a data do dia da reunião do Consec e que não seria possível uma vez que teria também a Conferência estadual iniciando no mesmo dia. SM diz que entendo os problemas pessoais dele, mas que há outras pessoas na secretaria que poderiam ter feito a reunião em outra data uma vez que a demanda é antiga e já poderia ter sido resolvida, pontua também a falta de pessoal na Secult para atender as demandas existentes.

Andressa Gonçalves pede a palavra e pede que deixe registrado em ata o descontentamento com a Conferência estadual de Cultura, o curto prazo da divulgação à sociedade civil apesar de ter tido publicação, não houve diálogo direto com a sociedade, não houve orientações aos delegados, falta de comunicação com os eleitos para a comissão da conferência. Informou que estão sendo muito cobrados pela SC e não por omissão, mas que a desorganização da Secult em planejar e comunicar causará esvaziamento da conferência.

Jussara Braga endossa a fala da AI e manifesta repúdio a conferência forma que foi conduzido o processo e solicitou que os membros se mantivessem na comissão e ressalta que os membros não tiveram papel atuante na construção do evento. Pede para deixar registrado a respeito do sucateamento do profissional de dança e que acha preocupante a apresentação de abertura da conferência ser de um grupo convidado e eles não serem remunerados, uma vez que é justamente da Secult o evento e pergunta a respeito do orçamento do evento. JJ responde que foram colocados à disposição R\$ 150 mil pelo gabinete e para a operacionalização seria via APPA e no fim das contas não foi possível fazer via APPA.

Marcela Bertelli pede registro em ata que a convocatória era até as 16h e que não havia gestores do gabinete para representação na reunião que foi previamente convocada. A reunião foi interrompida para o horário de almoço e o retornou as 13h30.

Retornando para a segunda parte da reunião JJ iniciou apresentando a planilha com as informações do FEC e a JÁ iniciou a explicação a respeito das informações e histórico das conversas do FEC.

Houve exploração das dificuldades enfrentadas anteriormente, a necessidade de entender melhor o processo, considerações sobre a transferência de recursos e a mudança no desenho do FEC, incluindo observações sobre o curso do recurso e a formalização do convênio. Contextualizou-se a legislação anterior e a incorporação dos editais setoriais ao FEC, considerando a mudança na legislação e a permissão de recursos de terceiros no FEC. A discussão abrangeu a viabilidade de empresas depositarem dinheiro no FEC, com exemplos práticos como o Cena Minas, destacando a flexibilidade permitida pela legislação atual e questionando o modelo antigo de financiamento do Cena Minas. Considerou-se a recomendação da advocacia do estado e a busca por um novo desenho, incluindo a participação da Copasa no novo arranjo e a possibilidade de outras empresas contribuírem.

Exemplos práticos, como o edital de luzes de Natal, foram explorados, discutindo as mudanças na legislação e as novas possibilidades para aportes ao fundo, incluindo a realocação de recursos dentro da nova legislação.

Na seção dedicada à cultura e editais, a discussão abrangeu a continuidade da Lei Estadual de Cultura, programas como Circuito Liberdade, Música Minas e Filme Minas, evidenciando a participação das estatais estaduais e os impostos associados. Foram feitas reflexões sobre a otimização de recursos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, citando programas como Cena Minas e Filme Minas.

A remodelagem do edital Banda de Minas foi discutida, destacando a importância de deixar uma cartela de editais prontos. Enfatizou-se a necessidade de partir de uma base sólida para facilitar discussões e prioridades, ressaltando a importância da sistematização do trabalho.

A reunião foi momentaneamente interrompida, permitindo a conclusão da explanação, e esclareceu-se que não se tratava de uma pergunta. Expressou-se a sensação de final de mandato e a importância de deixar um legado, referindo-se à dificuldade de reconhecimento na área técnica e artística. Abordou-se a necessidade de inclusão da moda nas discussões culturais, mencionando exemplos de como a moda poderia ser integrada nos editais. Agradeceu-se a participação de TP e MB na construção dos editais, ainda que o de Bandas não tenha sido lançado, e comentou-se sobre a importância de entender o outro lado na construção dos editais.

Informou sobre a necessidade de alinhar questões específicas nos editais e antecipou a discussão sobre a inclusão de áreas que podem não se sentir contempladas nos editais. O processo de formação das cadeiras foi abordado, destacando a seleção de representantes específicos para cada uma, e anunciou-se a proposta de um edital para apoio à programação da

Semana Estadual de Leitura. Mencionou-se um prêmio para a participação e montagem de exposições coletivas de designers mineiros, uma sugestão da cadeira de design, e propôs-se um edital para ações de criação de vídeo e dança. Abordou-se a possibilidade de editar um prêmio de estímulo à organização de campanhas de popularização de teatro, circo e dança nos interiores, com a decisão de ser separado ou conjunto a ser discutida posteriormente. Destacou-se a importância de não deixar os museus de lado, introduzindo a ideia de um edital para registro audiovisual, documentário e memória circense, ressaltando a necessidade de recursos significativos para a manutenção básica dos circos. Informou sobre a demora de Junior em Sula na reunião e apontou a necessidade de uma ação mais ampla envolvendo parlamentares e o governo para obter fundos para recuperar lonas circenses e adquirir novas.

Refletiu sobre a difícil situação dos circos, destacando a complexidade e o alto custo envolvido. Explicou que a elaboração desta planilha ocorreu em março, mencionando o levantamento feito para o edital e a construção da planilha desde então, destacando que a Lei Paulo Gustavo e outras propostas estavam planejadas.

Propôs a elaboração de um edital do fundo, discutindo a origem dos recursos e apresentando a planilha desatualizada desde março de 2023 para ser compartilhada com os membros. Destacou a importância de ter um catálogo de editais e a necessidade de propostas para aprimorar a planilha.

Informou sobre as câmaras temáticas permanentes, mencionando a Câmara de Monitoramento do Plano Estadual de Cultura, Políticas para Mestres, Mestras, Povos e Comunidades Tradicionais, e Políticas para Profissionalização e Descentralização das Políticas Culturais. Falou sobre a história da Câmara de Fomento e sua descontinuidade, além da dificuldade de participação nas reuniões de plenário.

Abordou a entrega da planilha para os membros e a importância de discuti-la para otimizar o tempo. Sugeriu que as informações fossem enviadas antes da reunião para facilitar a apresentação. Falou sobre a falta de retorno da cadeira de produção cultural em relação à reunião setorial e a promessa de uma reunião com a Câmara de Fomento que nunca aconteceu.

Expôs os desafios enfrentados pela produção cultural em relação a custos administrativos e readequações de projetos. Enfatizou a necessidade de reconhecer a produção como essencial para a realização de projetos culturais e levantou duas perguntas: quantas reuniões restam até o final do mandato e se haverá acessibilidade na conferência.

Destacou a construção da planilha desde as discussões iniciais sobre o edital, mencionando a Lei Paulo Gustavo e outras propostas planejadas. Ressaltou a importância de discutir a planilha, compartilhá-la com os membros e receber propostas para aprimoramento.

(WG) e (TP) expressaram a estranheza em relação ao edital do FECEC Luz no Patrimônio, questionando sua origem e a possível falta de alinhamento com a política cultural. (TP) indicou a necessidade de entender se os editais representam demandas individuais de gestores municipais. Questionou se haveria prejuízo para o Fundo Estadual de Cultura com a execução dos editais e se há base legal para o conselho deliberar sobre essas questões. Levantou a questão das reuniões pendentes com o pessoal da Lei de Incentivo à Cultura e solicitou informações sobre a marcação dessas reuniões. Expressou preocupação com a ausência de representantes de entidades como o Iepha e a Fundação Clóvis Salgado nas reuniões e destacou a importância da presença do secretário de estado de cultura.

(AR) questionou a falta de planejamento e ausência de calendário do FEC. (JA) disse que isso também prejudica a equipe, pois gera trabalho na elaboração de editais que depois não são lançados. E que é importante consolidar o quadro e as prioridades.

(MB) leu as seguintes moções, sendo aprovadas pelos membros do Consec:

Moção de repúdio à utilização do Fundo Estadual de Cultura em editais que não foram priorizados junto ao Consec, atropelando o planejamento das Políticas Públicas de Fomento, à exemplo do edital "Luzes no patrimônio".

Moção de apoio aos editais Afromineiridades como exemplo de execução de boas práticas da Política de Fomento da Secult.

Foi questionada a descontinuação da Câmara de Fomento do Consec, e (JJ) disse que o mandato novo é quem deve assumir a reativação dessa Câmara.

(LV) solicitou que, quando a Secult apresente dados como esses do FEC, que sejam enviados com antecedência aos membros do Consec. (JA) justificou que não estava planejado apresentar os dados nesta reunião.

(LV) recordou que (IA) tinha comunicado em reunião do Consec, há cerca de 1 ano, que a convidaria para dialogar com a Copefic, visando ampliar e atualizar os conceitos sobre o mercado de produção cultural, e até o momento não houve a marcação dessa reunião. Pede-se que seja agendada.

QUESTÕES FINAIS

(WG) propôs que a ata incluísse observações sobre o esvaziamento dos membros do poder público nesta reunião.

(JA) informou sobre a leitura de uma carta na conferência e ofereceu-se para enviar a planilha, mencionando o credenciamento até as 18h.

Encerrou a reunião do Consec e agradeceu a participação, destacando a continuidade das discussões na conferência.

A 33ª Reunião Extraordinária do Consec foi encerrada às 16h38 e está fielmente descrita nesta ata assinada digitalmente e validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação integral disponibilizada no site da Secult.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela de Queiroz Bertelli, Usuário Externo**, em 20/04/2024, às 23:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Simões Silva, Usuário Externo**, em 21/04/2024, às 00:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ**, **Cidadão**, em 21/04/2024, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos**, **Usuário Externo**, em 22/04/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLA MARIA MARQUES DE CASTRO**, **Cidadão**, em 22/04/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José de Oliveira Junior**, **Servidor Público**, em 27/04/2024, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **86613626** e o código CRC **5437F430**.

Referência: Processo nº 1410.01.0000496/2023-10

SEI nº 86613626